

SIMULADO ESPECIAL

TJ PB

Analista - Área Judiciária

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TJ-PB**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/HUsiZjfsb1pucPsp6

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/5700rl

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://concursos.estrategia.com/curso/simulado-especial-tj-pb-analista-area-judiciaria-14-11-2026-banca-fgv-pos-edital

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricio Dutra

1. Leia a frase de Bertrand Russell: "O que os homens realmente querem não são conhecimentos, mas certezas."

A interpretação adequada dessa frase é:

a) A aquisição de qualquer conhecimento produz necessariamente certezas definitivas.

b) Os homens rejeitam toda informação que possa ser comprovada.

c) A busca humana pode privilegiar a segurança de uma resposta em vez da compreensão aberta à dúvida.

d) O conhecimento e a certeza são apresentados como conceitos inteiramente equivalentes.

e) A dúvida é uma condição que os homens desejam preservar acima de qualquer outra.

2. As frases a seguir abordam a concorrência e a competição. Assinale aquela em que se reconhece explicitamente um benefício da concorrência, apesar da avaliação negativa de seu processo.

a) "A concorrência é uma prática dolorosa, mas produz ótimos resultados." (Jerry Flint)

b) "A competição desperta o que há de melhor nos produtos. E o que há de pior nas pessoas." (David Saroff)

c) "A única pessoa com quem se deve competir é consigo mesmo. Não se pode esperar um desafio mais justo." (Todd Ruthman)

d) "A maior vantagem competitiva que uma empresa pode possuir é uma visão do futuro." (Gary Hamel)

e) "A concorrência é um estilo de vida. Se você não tem um concorrente forte, você é obrigado a inventar um." (Bill Smithburg)

3. Assinale a frase em que a concordância verbal está de acordo com a norma-padrão.

a) Devem haver certezas que resistam ao avanço dos conhecimentos.

b) Fazem muitos anos que se discutem os limites da competição.

c) A escuta e a disposição para o diálogo favorece o entendimento.

d) Ainda persiste, entre os participantes da conversa, muitas dúvidas.

e) Não se constroem conhecimentos sólidos sem disposição para rever certezas.

4. Leia: "A conversa mais feliz é aquela da qual nada é lembrado nitidamente, a não ser o efeito geral de uma impressão agradável." (Samuel Johnson)

Sobre os mecanismos de coesão desse período, assinale a afirmativa correta.

a) O pronome "aquela" antecipa exclusivamente a expressão "uma impressão agradável".

b) O pronome "aquela" recupera "conversa", e "da qual" estabelece relação com a conversa assim identificada.

c) A expressão "da qual" retoma "o efeito geral", apresentado posteriormente.

d) A expressão "a não ser" acrescenta um segundo elemento àquilo que foi integralmente esquecido, sem estabelecer ressalva.

e) O termo "nada" retoma o substantivo "impressão" e possui valor afirmativo.

5. “Nós enforcamos os ladrõezinhos e indicamos os grandes ladrões para cargos públicos.” (Esopo)

Para produzir sua crítica, a frase se apoia principalmente

a) na apresentação de subjetividade avaliativa sobre quem pratica crimes.

b) na definição técnica das penas aplicáveis aos agentes públicos.

c) na descrição neutra de duas práticas que recebem a mesma avaliação moral.

d) no contraste entre o rigor destinado aos pequenos infratores e o prestígio concedido aos grandes.

e) na comprovação de que a gravidade do delito determina proporcionalmente a severidade da punição.

6. As passagens abaixo foram elaboradas para esta questão a partir do tema da conversação. Assinale aquela em que há participação do narrador.

a) O rapaz entrou na sala, ouviu os convidados e saiu antes do início do debate.

b) Ao entrar na sala, percebi que ninguém escutava; guardei meu discurso e me sentei para ouvir.

c) Você deve ouvir o interlocutor antes de formular uma resposta.

d) A escuta atenta favorece a convivência e reduz os mal-entendidos.

e) A moça desejava falar, mas temia que os demais a julgassem despreparada.

7. Considere o argumento elaborado para esta questão:

“Todo argumento dedutivamente válido preserva a verdade das premissas: se elas são verdadeiras, sua conclusão não pode ser falsa. Este argumento é dedutivamente válido e tem premissas verdadeiras. Logo, sua conclusão é verdadeira.”

O método de raciocínio empregado é o

a) indutivo, pois uma observação particular é generalizada para todos os argumentos.

b) analógico, pois a semelhança entre duas situações permite transferir uma conclusão de uma para outra.

c) abdutivo, pois se escolhe a hipótese mais provável para explicar um resultado observado.

d) causal, pois se identifica o evento responsável por produzir um fenômeno posterior.

e) dedutivo, pois uma propriedade geral é aplicada a um caso que satisfaz suas condições.

8. Observe a frase: “Um só mestre de vícios, dizem, basta para corromper uma população.” (Fernando de Rojas)

As vírgulas empregadas nesse período

a) separam o sujeito “Um só mestre de vícios” do verbo “basta”, sem outra função sintática.

b) isolam um vocativo por meio do qual se interpela o leitor.

c) delimitam uma oração interferente que denota atribuição discursiva.

d) marcam a elipse de um verbo que deveria ser repetido após “vícios”.

e) isolam uma oração adjetiva explicativa referente a “mestre”.

9. Assinale a frase em que o emprego do acento grave indicativo de crase está correto.

a) A arte da conversação exige atenção às palavras e aos silêncios do interlocutor.

b) O desejo de certeza pode levar o indivíduo à rejeitar conhecimentos novos.

c) Convém dar ouvidos à quem discorda de nossas convicções.

d) A reflexão sobre a concorrência interessa à cada pessoa do debate.

e) A disposição para escutar não deve ficar restrita à uma conversa formal.

10. Leia: “A conversação: coisa tão supérflua e tão necessária, em que uns não dizem sempre o que sabem e em que outros não sabem sempre o que dizem.” (S. de Boufflers)

A respeito da construção do sentido, assinale a afirmativa correta.

a) “Não dizem sempre o que sabem” e “não sabem sempre o que dizem” são formulações equivalentes e descrevem exatamente a mesma conduta.

b) A qualificação da conversação como “supérflua” elimina a possibilidade de ela cumprir qualquer função social.

c) O emprego de “uns” e “outros” assegura que todas as pessoas pertençam permanentemente a dois grupos sem possibilidade de mudança.

d) A inversão entre “dizem” e “sabem” distingue a reserva na comunicação do saber da fala sem pleno conhecimento do que se afirma.

e) O advérbio “sempre”, sob o alcance da negação, permite concluir que ninguém diz o que sabe em ocasião alguma.

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

11. Carolina assumiu a direção de determinado órgão público e constatou que procedimentos administrativos relativamente simples exigiam sucessivas remessas entre setores, repetição de documentos, elevada utilização de recursos materiais e longos períodos de espera. Os usuários reclamavam constantemente da qualidade do atendimento e os indicadores internos demonstravam baixa produtividade.

Para enfrentar o problema, Carolina implantou novas técnicas de gerenciamento, eliminou etapas desnecessárias, fixou metas de desempenho, estruturou mecanismos de avaliação periódica e adotou medidas para reduzir custos sem comprometer a qualidade dos serviços. Um servidor, contrário às mudanças, afirmou que bastaria à Administração observar formalmente a lei, sendo juridicamente irrelevantes a rapidez, a qualidade, os resultados e o custo da atividade administrativa.

Considerando o conteúdo do princípio da eficiência e suas manifestações constitucionais, assinale a alternativa **correta**.

a) A afirmação do servidor está correta, pois a eficiência permanece princípio meramente implícito e não integra expressamente o conjunto de princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

b) A eficiência exige exclusivamente redução dos gastos públicos, de maneira que uma atividade será eficiente sempre que representar menor custo ao erário, independentemente da qualidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente alcançados.

c) As providências adotadas por Carolina são compatíveis com o princípio da eficiência, que exige exercício da atividade administrativa com presteza, perfeição e rendimento funcional, buscando melhor desempenho, maior produtividade, qualidade dos serviços e utilização racional dos recursos públicos.

d) A eficiência autoriza o administrador a afastar exigências previstas em lei quando demonstrar que a solução juridicamente proibida apresenta menor custo e maior rapidez para alcançar determinado resultado administrativo.

e) O princípio da eficiência incide apenas sobre a organização dos órgãos e entidades públicas, não alcançando diretamente a atuação e o desempenho funcional dos servidores que materializam concretamente as atividades administrativas

12. No Estado fictício de Vale Verde, o governador Paulo nomeou sua irmã Marina, profissional que atendia aos requisitos previstos para a função, para exercer o cargo político de Secretária Estadual de Saúde. Em outro episódio, Paulo celebrou acordo informal com o presidente de uma autarquia estadual: o dirigente da entidade nomearia a esposa do governador para cargo administrativo de assessoramento e, em contrapartida, o governador nomearia o filho do presidente da autarquia para outro cargo administrativo em comissão. As duas autoridades sustentaram que as nomeações seriam válidas porque cada uma possuía competência formal para prover os respectivos cargos.

Considerando o princípio da moralidade administrativa, assinale a alternativa **correta**.

a) As duas situações configuram necessariamente nepotismo vedado pela Súmula Vinculante nº 13, uma vez que qualquer nomeação de parente até o terceiro grau para função pública é proibida, inclusive para cargos de natureza eminentemente política.

b) Nenhuma das situações é incompatível com a moralidade administrativa, pois a proibição do nepotismo depende da existência de lei formal específica de cada ente federativo, não podendo ser extraída diretamente dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

c) A nomeação de Marina configura automaticamente ato de improbidade administrativa, enquanto as nomeações recíprocas são legítimas porque as autoridades envolvidas possuem competência formal para prover os cargos de assessoramento.

d) A nomeação de Marina para cargo político de Secretária Estadual não se enquadra, na orientação apresentada, na incidência ordinária da Súmula Vinculante nº 13, desde que sejam observados os requisitos próprios do cargo; as designações recíprocas para cargos administrativos, entretanto, configuram situação típica de nepotismo cruzado, pois revelam troca de favores incompatível com a moralidade e com a finalidade pública.

e) O nepotismo cruzado somente se caracteriza quando a autoridade nomeia diretamente seu próprio parente e recebe, como contrapartida, nomeação para si mesma, não alcançando a troca de nomeações entre parentes de autoridades distintas

13. Mário, Secretário Municipal de Fazenda, agiu de forma dolosa e ilícita na arrecadação de tributos do Município, o que provocou perda patrimonial efetiva e comprovada aos cofres municipais. Ciente dos fatos, o Ministério Público passou a apurar a conduta, e, no curso da ação de improbidade, surgiram indícios de que Mário estaria dificultando a coleta de provas.

Considerando a situação hipotética e a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

a) Caso Mário seja condenado em primeira instância, a perda da função pública poderá ser efetivada imediatamente, independentemente do trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento de Mário do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.

c) Por se tratar de conduta que atenta contra os princípios da Administração Pública, a aplicação das sanções a Mário independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

d) Eventual aprovação das contas de Mário pelo Tribunal de Contas competente impede a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

e) O Ministério Público somente poderá instaurar inquérito civil para apurar a conduta de Mário mediante representação, sendo vedada a instauração de ofício

14. Helena, Prefeita do Município Delta, utilizou dolosamente recursos do erário para custear campanha publicitária sobre a construção de um hospital municipal, na qual constavam, com destaque, seu nome, sua imagem e frases que lhe atribuíam pessoalmente a realização da obra, promovendo inequívoco enaltecimento de sua figura. Após o devido processo, Helena foi condenada pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, sendo o Município o ente lesado.

Considerando a situação hipotética e a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

a) As sanções aplicáveis a Helena devem ser impostas obrigatoriamente de forma cumulativa, independentemente da gravidade do fato.

b) A multa civil aplicável a Helena não poderá, em nenhuma hipótese, ultrapassar 24 vezes o valor da remuneração por ela percebida.

c) Helena poderá ser proibida de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo não superior a 8 anos.

d) Helena estará sujeita a multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida, a qual poderá ser aumentada até o dobro caso o juiz considere o valor calculado ineficaz para reprovação e prevenção do ato, em virtude da situação econômica da ré.

e) A sanção de proibição de contratação com o poder público aplicada a Helena estende-se, como regra, a todos os entes federativos, independentemente de justificativa, não se restringindo ao ente público lesado

15. Com base na Lei Anticorrupção nº 12.846/2013, no que se refere à responsabilização da pessoa jurídica e de seus dirigentes, assinale a alternativa **correta**.

a) A responsabilização da pessoa jurídica depende da prévia responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores pelo ato ilícito praticado.

b) Os dirigentes ou administradores da pessoa jurídica serão responsabilizados por atos ilícitos independentemente da sua culpabilidade.

c) A responsabilidade da pessoa jurídica extingue-se na hipótese de transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

d) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a sucessora responde por todas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, sem qualquer limitação ao patrimônio transferido.

e) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei nº 12.846/2013, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. Durante a manutenção de um computador, um técnico identificou que o sistema operacional não reconhecia corretamente uma impressora conectada à porta USB, embora o dispositivo estivesse funcionando e a conexão física não apresentasse problemas. Para solucionar a falha de comunicação entre o sistema operacional e o equipamento, o procedimento adequado consiste em

a) atualizar o firmware da placa-mãe, pois ele é responsável por controlar diretamente todas as operações de impressão realizadas pelos aplicativos instalados.

b) aumentar a capacidade da memória RAM, pois o reconhecimento de dispositivos periféricos depende exclusivamente da quantidade de memória disponível para o sistema operacional.

c) verificar a instalação e a compatibilidade do driver da impressora, pois esse software permite que o sistema operacional se comunique adequadamente com o dispositivo de hardware.

d) reinstalar o aplicativo utilizado para abrir os documentos, pois o reconhecimento da impressora pelo sistema operacional depende exclusivamente dos programas responsáveis pela edição dos arquivos.

e) substituir o sistema de arquivos da unidade de armazenamento, pois a comunicação entre o sistema operacional e os dispositivos USB depende diretamente do formato utilizado para organizar os dados no disco.

17. No Windows 11, um usuário deseja organizar as janelas de diferentes aplicativos para trabalhar simultaneamente com um navegador, uma planilha e um editor de textos, sem precisar redimensionar e posicionar manualmente cada janela. O recurso do sistema operacional que permite realizar essa organização consiste em

a) utilizar a ferramenta Visão de Tarefas para distribuir automaticamente as janelas em regiões predefinidas da mesma Área de Trabalho, pois sua principal função é organizar o posicionamento dos aplicativos na tela.

b) acessar o Gerenciador de Tarefas e selecionar os aplicativos em execução, pois essa ferramenta permite definir leiautes de janelas e distribuir automaticamente os programas pela Área de Trabalho.

c) criar uma Área de Trabalho virtual para cada aplicativo, pois esse recurso permite exibir simultaneamente, em uma única tela, as janelas pertencentes a diferentes áreas de trabalho.

d) utilizar o recurso de alternância de janelas por meio do atalho Alt + Tab, pois essa combinação distribui automaticamente os aplicativos abertos em regiões proporcionais da tela.

e) utilizar os Leiautes de Ajuste (Snap Layouts), acessíveis pelo botão Maximizar das janelas compatíveis, para selecionar uma disposição predefinida e organizar os aplicativos em diferentes regiões da tela.

18. Durante a navegação na Web, um usuário acessa uma página por meio de um link que utiliza o protocolo HTTPS. Ao estabelecer a conexão, o navegador verifica o certificado digital apresentado pelo servidor antes de transmitir informações protegidas. Considerando o funcionamento dos protocolos e os mecanismos de segurança envolvidos, é correto afirmar que

a) o HTTPS impede que o servidor de destino identifique o endereço IP do usuário, pois a criptografia utilizada pelo protocolo garante o anonimato completo durante a navegação.

b) o HTTPS utiliza o protocolo TLS para proteger a comunicação entre o navegador e o servidor, oferecendo criptografia dos dados transmitidos e mecanismos de autenticação do servidor, sem garantir que o conteúdo da página seja confiável.

c) o certificado digital apresentado pelo servidor é utilizado exclusivamente para criptografar os arquivos armazenados no computador do usuário, não participando da autenticação da conexão.

d) os links que utilizam HTTPS são obrigatoriamente direcionados a páginas hospedadas em servidores diferentes daqueles utilizados pelo HTTP, pois os dois protocolos não podem ser disponibilizados pelo mesmo servidor.

e) a utilização do HTTPS elimina a possibilidade de ataques de phishing, pois o navegador bloqueia automaticamente qualquer página fraudulenta que apresente um certificado digital válido.

19. Uma organização identificou que funcionários estavam utilizando a mesma senha para acessar diferentes sistemas corporativos. Para reduzir os riscos associados ao comprometimento de credenciais, decidiu implementar a autenticação multifator (MFA) e adotar políticas de controle de acesso. Considerando os princípios da segurança da informação e as boas práticas de proteção, a medida adequada consiste em

a) exigir fatores de autenticação pertencentes a categorias distintas e conceder aos usuários apenas as permissões necessárias ao desempenho de suas funções, reduzindo os riscos de acesso indevido e de uso excessivo de privilégios.

b) exigir duas senhas diferentes para cada sistema, pois a utilização de múltiplas credenciais baseadas no conhecimento caracteriza autenticação multifator e elimina os riscos de comprometimento das contas.

c) implementar a autenticação multifator e conceder permissões administrativas a todos os usuários autenticados, pois a validação por múltiplos fatores dispensa a aplicação de restrições de acesso aos recursos corporativos.

d) substituir as senhas por códigos enviados por e-mail, pois esse procedimento garante a autenticação multifator independentemente dos demais mecanismos utilizados e impede ataques de engenharia social.

e) utilizar exclusivamente políticas de complexidade de senhas, pois a adoção de credenciais longas e variadas elimina a necessidade de mecanismos adicionais de autenticação e de controle de privilégios.

PROTEÇÃO DE DADOS

Antônio Daud

20. O Tribunal de Justiça (TJ) do Estado Alfa pretende celebrar contrato com sociedade empresária privada para que esta desenvolva e opere sistema de agendamento de atendimentos ao público, com a transferência dos dados cadastrais de partes e advogados constantes de suas bases. Paralelamente, servidora lotada no setor de estatística do TJ sugere que, por constarem de processos não sigilosos, os dados pessoais das partes sejam livremente reutilizados em parcerias com instituições privadas de pesquisa de mercado.

Diante da situação narrada e à luz da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que

a) o tratamento de dados pessoais pelo Tribunal depende de consentimento específico dos titulares, por não se tratar de atividade tipicamente jurisdicional.

b) é vedado ao Tribunal transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de suas bases, ressalvadas as hipóteses legais, entre elas a transferência prevista em lei ou respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, que deverão ser comunicados à autoridade nacional.

c) a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado no âmbito do Poder Judiciário, que se submete exclusivamente às normas processuais e às resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

d) o Tribunal está dispensado de indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais, obrigação imposta apenas aos controladores de direito privado.

e) os dados pessoais constantes de processos não sigilosos, por serem de acesso público, podem ser tratados para qualquer finalidade, independentemente daquela que justificou sua disponibilização

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. Considere que o membro do Ministério Público da Paraíba lotado em Puxinanã-PB instaurou procedimento investigativo criminal em face de possíveis abusos cometidos pela Polícia Militar naquele Município. Inconformada a corporação emitiu nota pública, alegando a ilegalidade do procedimento.

À luz da CF e da jurisprudência, pode-se afirmar que a instauração do procedimento:

a) realmente é ilegal, pois a polícia se submete apenas ao controle interno de sua corregedoria

b) é constitucional e legal, pois o MP possui competência para promover investigações criminais diretamente

c) é incorreta, já que o MP deveria necessariamente ter solicitado a instauração de inquérito policial

d) é incorreta, devendo o MP ajuizar ação de improbidade administrativa

e) é correta, desde que tenha sido precedida da indispensável autorização judicial

22. Em relação à legitimidade ativa para a impetração de mandado de segurança, pode-se afirmar que:

a) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera cabível o ajuizamento de mandado de segurança por parlamentar para, em defesa do devido processo legislativo, impedir a tramitação de proposta legislativa com vício de inconstitucionalidade formal.

b) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua

c) o mandado de segurança coletivo pode ser ajuizado por partido político com representação na assembleia legislativa

d) o ajuizamento do mandado de segurança dispensa o recolhimento das custas processuais

e) o ajuizamento do mandado de segurança por entidade de classe exige a prévia e expressa autorização dos filiados

23. A respeito dos direitos sociais, julgue os itens:

I - A ausência de inclusão de medicamento nas listas de dispensação do Sistema Único de Saúde - SUS (RENAME, RESME, REMUME, entre outras) impede, como regra geral, o fornecimento do fármaco por decisão judicial, independentemente do custo.

II - É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento registrado na ANVISA, mas não incorporado às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde, desde que preenchidos, cumulativamente, determinados requisitos, cujo ônus probatório incumbe ao autor da ação.

III - O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.

IV - Para fins de fixação de competência, as demandas relativas a medicamentos não incorporados na política pública do SUS e medicamentos oncológicos, ambos com registro na ANVISA, tramitarão perante a Justiça Federal ou Estadual, conforme o autor inclua ou não a União no polo passivo da demanda.

Estão corretos, apenas:

a) todos

b) I, III e IV

c) I e II

d) I e III

e) I, II e III

24. Atalarico, Prefeito de Junco do Seridó-PB, descobriu que o Município foi condenado na ação movida pela Organização das Nações Unidas contra a Municipalidade, em trâmite na primeira instância da Justiça Federal da Paraíba. Desejoso de que o Município se insurja contra esse *decisum*, perquiriu sua assessoria jurídica acerca do meio de impugnação cabível contra essa sentença, sendo corretamente informado de que, conforme a CF, cabe:

a) recurso ordinário para o TRF5

b) recurso ordinário para o STJ

c) recurso especial para o STJ

d) recurso ordinário para o STF

e) recurso extraordinário para o STF

25. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça:

a) Os regimes remuneratórios da Magistratura e do Ministério Público são equiparados

b) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.

c) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra

d) Dada sua natureza de verba privada, o pagamento de honorários advocatícios devidos à Advocacia Pública pode superar o teto remuneratório fixado na Constituição Federal

e) o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

26. Com o objetivo de modernizar a gestão previdenciária de seus servidores, o Estado da Paraíba aprova lei específica criando entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa e financeira, vinculada a uma secretaria de Estado e incumbida de atividade típica da Administração.

Considerando a natureza jurídica dessa entidade, é correto afirmar que

a) seus bens podem ser penhorados.

b) seus servidores se submetem obrigatoriamente à CLT.

c) ela responde objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

d) sua criação depende do registro dos atos constitutivos.

e) ela fica subordinada hierarquicamente à secretaria.

27. Em março de 2019, o TJ-PB concedeu gratificação a um analista, que passou a recebê-la no mês seguinte. Em 2026, auditoria interna constata que a concessão violou a lei. Não há qualquer indício de má-fé do servidor, que recebeu os valores convicto de que eram devidos.

Considerando as regras da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

a) a Administração pode anular o ato a qualquer tempo, por se tratar de vício de legalidade.

b) o ato deve ser revogado, com efeitos retroativos.

c) a anulação depende de prévia autorização judicial.

d) o prazo decadencial conta-se da ciência do vício pela Administração.

e) o direito de anular decaiu, salvo comprovada má-fé.

28. Um município paraibano cria, por lei, empresa pública de capital integralmente municipal para gerir o trânsito, atividade que ela exerce com exclusividade e sem concorrência, atribuindo-lhe a fiscalização e a aplicação de multas. Um motorista autuado ajuíza ação sustentando que o poder de polícia não pode ser exercido por pessoa jurídica de direito privado.

Sobre o caso, é correto afirmar que

a) a delegação é válida, pois feita por lei a estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial.

b) o poder de polícia é indelegável a qualquer pessoa de direito privado.

c) a multa, por envolver discricionariedade, não se sujeita a controle judicial.

d) a delegação poderia alcançar particular contratado por licitação.

e) a empresa pode editar as normas de trânsito que fiscaliza.

29. Um servidor do TJ-PB, responsável pelo controle de estoque, deixa de conferir entregas por desorganização, sem intenção de favorecer quem quer que seja. A falha gera prejuízo ao erário, e o Ministério Público ajuíza ação de improbidade com base no art. 10 da Lei nº 8.429/1992.

À luz da Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que

a) há improbidade culposa por dano ao erário.

b) a mera voluntariedade da conduta basta para o dolo.

c) as sanções por improbidade são imprescritíveis.

d) a conduta culposa não configura improbidade, sem prejuízo de outras responsabilizações.

e) o acordo de não persecução civil é vedado nessas ações.

30. O TJ-PB contrata, com base na Lei nº 14.133/2021, a reforma do Fórum de Campina Grande. Durante a obra, constata-se que outras alas do prédio demandam o mesmo serviço, e a Administração decide ampliar unilateralmente o quantitativo contratado.

Nessa situação, é correto afirmar que

a) o limite para acréscimos unilaterais é de 25% do valor inicial atualizado.

b) o contratado é obrigado a aceitar acréscimos de até 50% do valor inicial atualizado.

c) supressões unilaterais podem chegar a 50%.

d) a alteração unilateral dispensa o reequilíbrio econômico-financeiro.

e) a alteração unilateral pode transformar o objeto do contrato.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

31. Andrés, cidadão uruguaio domiciliado em Montevidéu, morreu naquela cidade. Deixou aplicações financeiras mantidas no Uruguai e uma casa de praia no litoral paraibano. Sua esposa, Luíza, e o filho do casal, Tomás, ambos brasileiros, têm domicílio em João Pessoa. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A sucessão da casa de praia será regida necessariamente pela lei brasileira, por se tratar de imóvel situado no Brasil, ainda que a lei uruguaia seja mais favorável a Luíza e a seu filho Tomás.

b) A sucessão seguirá a lei uruguaia, mas a da casa de praia será regulada pela lei brasileira em favor de Luíza e Tomás, se a lei pessoal de Andrés não lhes for mais favorável.

c) A capacidade de Luíza e de Tomás para suceder será aferida pela lei uruguaia, por ser a do país em que era domiciliado o falecido.

d) A qualificação da casa de praia e as relações a ela concernentes serão regidas pela lei uruguaia, por ser a do domicílio do proprietário.

e) Se Andrés houvesse apenas desaparecido, a sucessão por ausência obedeceria à lei brasileira, por estar no Brasil o domicílio dos herdeiros.

32. Otávio desapareceu de seu domicílio, em Campina Grande, sem deixar notícias nem procurador. Declarada a ausência e decorrido um ano da arrecadação de seus bens, foi aberta a sucessão provisória a requerimento de seus filhos, Lia e Davi, e de seu irmão, Caio, contemplado em testamento com parte do patrimônio. Considerando o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) Caio, empossado nos bens que lhe couberem, fará seus todos os frutos e rendimentos, tal como Lia e Davi.

b) O testamento de Otávio somente poderá ser aberto depois de decorridos cento e oitenta dias da publicação da sentença pela imprensa.

c) Os interessados poderão requerer a sucessão definitiva cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.

d) Se Otávio reaparecer durante a posse provisória e ficar provado que a ausência foi voluntária e injustificada, perderá em favor dos sucessores a propriedade dos bens a eles entregues.

e) Lia e Davi, provada a qualidade de herdeiros, poderão entrar na posse dos bens independentemente de garantia, mas Caio deverá garantir a restituição dos bens que receber.

33. Sérgio é proprietário de uma casa térrea em Campina Grande. Por escritura pública levada a registro, cedeu a Helena a superfície superior de sua construção, e Helena, com autorização expressa de Sérgio, cedeu a Rafael a superfície de sua unidade, cada laje com matrícula própria. Helena pretende agora vender sua unidade a terceiro. À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) Rafael terá preferência sobre Sérgio, porque a lei assegura prioridade à laje mais próxima da unidade que será alienada.

b) Sérgio e Rafael deverão ser cientificados por escrito para se manifestarem em trinta dias, prazo que o contrato não pode alterar.

c) Se não for cientificado da venda, Sérgio poderá haver para si a unidade, depositando o preço, no prazo decadencial de cento e oitenta dias contado da data em que tiver ciência da alienação.

d) Sérgio e, depois dele, Rafael terão preferência na aquisição da unidade, em igualdade de condições com terceiros.

e) Por não ter fração ideal do terreno, Helena depende da anuência de Sérgio para alienar a sua unidade.

34. Lúcio, pessoa com deficiência intelectual, pretende contar com apoio para decisões sobre a administração de seu patrimônio e deseja indicar como apoiadores sua prima Teresa e o amigo Rui, com quem mantém vínculos de confiança. Sobre a tomada de decisão apoiada, assinale a afirmativa correta.

a) Havendo divergência entre Lúcio e Rui em negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, o juiz decidirá a questão, ouvido o Ministério Público.

b) Rui e Teresa poderão requerer a tomada de decisão apoiada em nome de Lúcio, desde que apresentem termo com os limites do apoio e o prazo de vigência do acordo.

c) As decisões de Lúcio somente terão validade perante terceiros se forem contra-assinadas pelos apoiadores.

d) Teresa poderá desligar-se do apoio a qualquer tempo, mediante simples comunicação escrita a Lúcio, independentemente de manifestação judicial.

e) Como o termo foi apresentado por Lúcio e pelos apoiadores, o juiz poderá decidir o pedido sem ouvir pessoalmente o requerente, bastando a manifestação do Ministério Público.

35. Em 1º de março de 2021, Marta deu em locação a Pedro, para fins residenciais, um apartamento em João Pessoa, por contrato escrito com prazo de vinte e quatro meses. Encerrado o prazo, Pedro permaneceu no imóvel, pagando regularmente os aluguéis, sem oposição de Marta. Em novembro de 2026, Marta decide retomar o imóvel. À luz da Lei nº 8.245/1991 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) Por ter sido ajustada por escrito, a locação extinguiu-se ao fim dos vinte e quatro meses, independentemente de notificação ou aviso.

b) Prorrogada a locação por prazo indeterminado, Marta somente poderá retomar o imóvel se o pedir para uso próprio, de seu cônjuge ou companheiro, ou para uso residencial de ascendente ou descendente.

c) Como a vigência ininterrupta da locação ultrapassa cinco anos, Marta poderá retomar o imóvel sem precisar demonstrar necessidade de uso.

d) Caso queira deixar o imóvel, Pedro deverá pagar a multa contratual proporcional, salvo se a devolução decorrer de transferência determinada por seu empregador.

e) O prazo de cinco anos que autoriza a retomada imotivada conta-se a partir da prorrogação por prazo indeterminado, de modo que Marta ainda não pode invocá-lo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

36. Marina adquiriu um sofá novo em uma loja de móveis para utilização em sua residência. Dez dias após a entrega, constatou um vício de fabricação na estrutura. A assistência técnica reconheceu que a substituição das partes comprometidas permitiria o uso do móvel, mas reduziria seu valor e alteraria suas características originais. Marina solicitou à loja a devolução do preço pago, mediante restituição do sofá. A comerciante recusou o pedido, alegando que o fabricante estava identificado e havia oferecido o reparo em vinte dias.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

a) Marina deverá permitir o reparo oferecido pelo fabricante, pois a restituição do preço pressupõe o transcurso do prazo legal para saneamento do vício, mesmo que a intervenção reduza o valor do sofá.

b) Marina poderá exigir imediatamente a restituição do preço perante o fabricante, mas a loja responderá subsidiariamente, caso demonstrada a impossibilidade de cumprimento da obrigação pelo responsável pela fabricação.

c) Marina poderá exigir da loja a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, pois as consequências da substituição das partes comprometidas dispensam a espera pelo reparo.

d) Marina poderá exigir da loja o abatimento proporcional do preço, mas a restituição imediata dependerá da demonstração de que o sofá constitui produto essencial à sua subsistência.

e) Marina deverá aceitar a substituição do sofá por outro da mesma espécie, cabendo à loja escolher entre essa providência e a devolução do preço pago.

37. Uma empresa de cursos preparatórios divulgou, em campanha publicitária por ela patrocinada, que "90% dos nossos alunos foram aprovados no último concurso". A publicidade não esclarecia que o percentual considerava apenas os alunos de uma turma especial, composta por candidatos previamente aprovados na primeira etapa do certame. Atraído pelo anúncio, Rafael contratou o curso regular e, ao descobrir a restrição, ajuizou ação questionando a publicidade. A empresa sustentou que o percentual divulgado era matematicamente verdadeiro e que Rafael deveria provar a irregularidade, pois não demonstrara hipossuficiência.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

a) A publicidade será enganosa se demonstrada a intenção da empresa de induzir os interessados em erro, cabendo a Rafael comprovar esse elemento para questionar a omissão.

b) A publicidade pode ser enganosa pela omissão do universo considerado, mas o ônus de demonstrar sua veracidade somente será da empresa se o juiz reconhecer a hipossuficiência de Rafael.

c) A publicidade será regular se o percentual estiver correto em relação à turma especial, pois a delimitação do grupo pesquisado constitui informação complementar, exigível mediante solicitação do interessado.

d) A publicidade é enganosa por omitir dado essencial à compreensão do percentual, cabendo à empresa demonstrar sua veracidade e correção, independentemente da hipossuficiência de Rafael.

e) A publicidade é abusiva pela falta de identificação da turma pesquisada, cabendo à empresa provar sua correção após decisão judicial que determine a inversão do ônus probatório.

38. Após sofrer redução significativa de sua renda, Helena passou a enfrentar manifesta impossibilidade de pagar suas dívidas de consumo sem comprometer as despesas indispensáveis à sua subsistência. Agindo de boa-fé, requereu judicialmente a repactuação de obrigações vencidas e vincendas decorrentes de cartão de crédito, empréstimo pessoal sem garantia real e financiamento imobiliário de sua residência. Os recursos do cartão e do empréstimo foram utilizados em despesas familiares ordinárias. Helena propôs o pagamento em cinco anos, preservado o mínimo existencial.

Considerando a disciplina do superendividamento, assinale a alternativa correta.

a) O financiamento imobiliário poderá integrar a repactuação por se destinar à moradia, mas as parcelas vincendas do cartão e do empréstimo deverão permanecer fora do plano.

b) As dívidas do cartão e do empréstimo poderão integrar a repactuação, inclusive as vincendas, enquanto o financiamento imobiliário ficará excluído desse procedimento.

c) Todas as dívidas poderão integrar a repactuação, desde que demonstrada a boa-fé de Helena e preservadas as garantias originalmente constituídas em favor dos respectivos credores.

d) As dívidas do cartão e do empréstimo poderão integrar a repactuação, mas o plano deverá limitar-se às parcelas vencidas, preservando-se os vencimentos originalmente ajustados para as demais.

e) A existência do financiamento imobiliário impedirá a instauração do procedimento, pois a repactuação pressupõe que todas as dívidas de consumo possam ser reunidas em um único plano.

39. Luciana contratou uma empresa para instalar móveis planejados em sua residência. O instrumento contratual estabelecia que, em caso de atraso no pagamento, ela deveria ressarcir as despesas de cobrança suportadas pela fornecedora, sem lhe assegurar direito equivalente caso precisasse exigir o cumprimento das obrigações da empresa. A cláusula estava redigida com clareza, em destaque, e havia sido especificamente assinada por Luciana.

Ao questionar judicialmente essa previsão, Luciana demonstrou que sua retirada não impediria a execução do contrato nem acarretaria ônus excessivo às partes. A empresa defendeu a validade da cláusula e, subsidiariamente, pediu a invalidação integral do negócio, alegando que não o teria celebrado sem aquela vantagem.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

a) A cláusula é nula pela ausência de reciprocidade, devendo o contrato ser preservado, pois sua retirada não provoca ônus excessivo às partes.

b) A cláusula é válida porque foi redigida em destaque e recebeu assinatura específica, circunstâncias que demonstram a concordância informada da consumidora com a distribuição dos custos.

c) A cláusula é nula, devendo a invalidade alcançar todo o contrato diante da declaração da fornecedora de que não teria contratado sem a vantagem estipulada.

d) A cláusula é válida quanto às despesas de cobrança efetivamente comprovadas, sendo a reciprocidade exigível apenas para encargos fixados antecipadamente, independentemente dos custos suportados.

e) A cláusula é anulável por estabelecer vantagem unilateral, dependendo seu afastamento da demonstração de erro ou de outro vício na manifestação de vontade da consumidora.

40. Uma associação de defesa do consumidor ajuizou ação coletiva para obter indenização pelos prejuízos individuais sofridos por compradores de determinado lote de eletrodomésticos, decorrentes de uma mesma falha de fabricação. Após a produção das provas, o pedido foi julgado improcedente, com reconhecimento da inexistência da falha alegada, e a sentença transitou em julgado.

André havia intervindo no processo coletivo como litisconsorte. Beatriz, embora tivesse conhecimento da demanda, não participou dela. Posteriormente, ambos pretenderam ajuizar ações individuais de indenização fundadas na mesma falha e nos mesmos prejuízos discutidos no processo coletivo.

Considerando a disciplina da coisa julgada no CDC, assinale a alternativa correta.

a) André e Beatriz poderão propor ações individuais, pois a improcedência da demanda coletiva produz efeitos restritos à associação que formulou o pedido de indenização.

b) André e Beatriz estarão impedidos de propor ações individuais, pois o reconhecimento da inexistência da falha vincula todos os consumidores atingidos pelo mesmo evento.

c) Beatriz poderá propor ação individual se apresentar prova nova, enquanto André estará impedido de renovar a pretensão em razão de sua participação no processo coletivo.

d) André poderá propor ação individual por ter participado do contraditório, enquanto Beatriz estará vinculada ao resultado coletivo por não ter ingressado no processo oportunamente.

e) Beatriz poderá propor ação individual, independentemente de prova nova, enquanto André estará sujeito à coisa julgada por ter integrado o processo coletivo como litisconsorte.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Giulian Salvador

41. Em determinada ação de obrigação de fazer, o magistrado, diante da demonstração dos requisitos legais, concedeu tutela provisória de urgência antes da citação do réu. Após a formação do contraditório e o regular desenvolvimento do processo, os autos foram remetidos ao tribunal em razão de recurso interposto pela parte demandada. Durante o julgamento, o órgão colegiado identificou, de ofício, possível ocorrência de prescrição, com fundamento em circunstância jurídica que não havia sido objeto de debate entre os litigantes.

Considerando os princípios fundamentais do processo civil e a disciplina estabelecida pelo Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta.

a) A concessão de tutela provisória de urgência sem a prévia manifestação do réu configura violação ao devido processo legal, uma vez que o contraditório constitui garantia absoluta, insuscetível de postergação, ainda que a medida tenha natureza provisória.

b) O reconhecimento da prescrição pelo tribunal, independentemente de provocação das partes, dispensa a abertura de contraditório específico, pois as matérias cognoscíveis de ofício constituem exceção geral à vedação das decisões surpresa.

c) O princípio da cooperação processual impede que o órgão julgador reconheça a prescrição sem requerimento da parte interessada, uma vez que a iniciativa jurisdicional deve permanecer integralmente subordinada à atuação dos litigantes, inclusive após a instauração do processo.

d) A concessão da tutela provisória de urgência sem prévia oitiva da parte contrária é compatível com o contraditório, que poderá ser diferido. Por outro lado, o reconhecimento da prescrição de ofício pelo tribunal, em fundamento ainda não submetido ao debate processual, exige, em regra, a prévia oportunidade de manifestação das partes.

e) A primazia da resolução do mérito impede o reconhecimento da prescrição pelo órgão julgador, ainda que provocada a manifestação das partes, pois a solução integral do mérito pressupõe necessariamente a apreciação do direito material afirmado pelo autor, com exclusão das causas extintivas da pretensão

42. Em determinada demanda judicial, uma sociedade empresária foi vencida por decisão de mérito que transitou em julgado em 15 de março de 2022. Em outubro de 2024, a empresa descobriu a existência de documento preexistente ao julgamento, cuja existência ignorava e que, embora não tivesse sido utilizado no processo originário, seria capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável em relação a um dos capítulos da decisão. Em fevereiro de 2026, a sociedade empresária ajuizou ação rescisória, requerendo a desconstituição exclusivamente do capítulo afetado pela prova nova, sem formular pedido de suspensão dos efeitos da decisão rescindenda.

À luz das disposições do Código de Processo Civil sobre a ação rescisória, assinale a afirmativa correta.

a) A ação rescisória deverá ser considerada intempestiva, pois o prazo decadencial de dois anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, aplica-se indistintamente a todas as hipóteses de rescindibilidade, inclusive à descoberta posterior de prova nova.

b) A ação rescisória é tempestiva, mas seu conhecimento pressupõe a impugnação integral da decisão rescindenda, uma vez que a coisa julgada impede a desconstituição isolada de capítulos decisórios, ainda que autônomos.

c) A ação rescisória é cabível e tempestiva, sendo dispensado o depósito prévio de cinco por cento do valor da causa sempre que o fundamento invocado consistir na descoberta de prova nova, desde que demonstrada sua aptidão para modificar o resultado do julgamento.

d) A ação rescisória é cabível, desde que demonstrada a relevância da prova nova, e sua propositura determina a suspensão dos efeitos do capítulo impugnado, independentemente de tutela provisória, em razão do risco de manutenção de decisão fundada em conjunto probatório incompleto.

e) A ação rescisória poderá ser admitida, pois, quando fundada em prova nova, o prazo decadencial inicia-se na data de sua descoberta, observado o limite máximo de cinco anos contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

43. Em determinada ação de obrigação de entregar coisa, o autor formulou pedido de tutela provisória da evidência, fundamentado na existência de prova documental robusta e na ausência de controvérsia relevante acerca dos fatos constitutivos de seu direito. Em outra demanda, o magistrado verificou que a pretensão do demandante estava amparada em documentos suficientes e em tese firmada em julgamento de recursos repetitivos. Por fim, em terceiro processo, constatou-se manifesto propósito protelatório do réu, que passou a apresentar requerimentos sucessivos e manifestamente infundados para retardar a prestação jurisdicional.

Considerando exclusivamente a disciplina da tutela da evidência prevista no art. 311 do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

a) A tutela da evidência fundada em prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor poderá ser concedida liminarmente, desde que o magistrado reconheça, em juízo de cognição sumária, a inexistência de dúvida razoável, independentemente de manifestação do réu.

b) A tutela da evidência dispensa a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, sendo admitida a concessão liminar nas hipóteses de alegações de fato comprováveis apenas documentalmente, acompanhadas de tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, e de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito.

c) A caracterização do abuso do direito de defesa ou do manifesto propósito protelatório da parte autoriza a concessão liminar da tutela da evidência, pois a finalidade sancionatória da medida dispensa a prévia formação do contraditório, independentemente da natureza da obrigação discutida.

d) A tutela da evidência fundada em tese firmada em julgamento de casos repetitivos exige, além da prova documental das alegações de fato, a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, requisito dispensável apenas nas hipóteses de abuso do direito de defesa.

e) O pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito autoriza a tutela da evidência exclusivamente após a apresentação de contestação, hipótese em que o magistrado determinará a entrega do objeto custodiado, sendo vedada a imposição de multa coercitiva

44. Durante a apuração de possíveis danos ambientais, uma associação legitimada solicitou às autoridades públicas certidões e informações necessárias à propositura de ação civil pública. Paralelamente, o Ministério Público instaurou inquérito civil e requisitou documentos a uma empresa privada. Posteriormente, esgotadas as diligências, o órgão ministerial promoveu o arquivamento do procedimento investigatório. Em outra ação civil pública, o presidente do tribunal determinou a suspensão de medida liminar, enquanto, em demanda distinta, uma associação autora permaneceu inerte após o trânsito em julgado de sentença condenatória.

Considerando os prazos expressamente estabelecidos pela Lei nº 7.347/1985, assinale a afirmativa correta.

a) As certidões e informações solicitadas para instrução da ação civil pública deverão ser fornecidas no prazo de dez dias úteis, enquanto as requisições formuladas pelo Ministério Público no inquérito civil deverão observar prazo mínimo de quinze dias corridos.

b) Promovido o arquivamento do inquérito civil, seus autos deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de cinco dias úteis, sob pena de falta grave, sendo facultado ao órgão ministerial ampliar esse prazo mediante decisão fundamentada.

c) A decisão do presidente do tribunal que suspender a execução de medida liminar poderá ser impugnada por agravo, no prazo de dez dias contados da intimação, enquanto a associação autora terá trinta dias após o trânsito em julgado para promover a execução da sentença condenatória.

d) As informações solicitadas para instruir a ação civil pública deverão ser fornecidas no prazo de quinze dias; as requisições do Ministério Público para instrução do inquérito civil observarão prazo não inferior a dez dias úteis; e os autos do inquérito civil arquivado deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de três dias.

e) Decorridos noventa dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora promova sua execução, o Ministério Público deverá assumir a iniciativa executiva, enquanto o agravo contra a decisão de suspensão da liminar deverá ser interposto no prazo de 15 dias

45. Em ação contenciosa de guarda de criança, ajuizada por um dos genitores, o magistrado, após apreciar pedido de tutela provisória, determinou a citação pessoal do réu para comparecimento à audiência de mediação e conciliação. O mandado foi expedido sem cópia da petição inicial, com antecedência de vinte dias da audiência, assegurando-se ao demandado acesso integral aos autos. Antes do início da sessão, um dos genitores relatou episódios de violência doméstica, ainda não comprovados documentalmente. Diante disso, o juiz indagou às partes e ao Ministério Público acerca da existência de risco de violência doméstica ou familiar e estabeleceu prazo para apresentação dos elementos pertinentes.

Considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas às ações de família, assinale a afirmativa correta.

a) A sistemática adotada pelo magistrado é compatível com o procedimento especial das ações de família, pois o mandado de citação deve estar desacompanhado de cópia da petição inicial, preservado o direito de acesso ao seu conteúdo.

b) A ausência de cópia da petição inicial no mandado de citação constitui nulidade processual, ainda que assegurado ao réu o acesso aos autos, pois a especialidade das ações de família não autoriza a mitigação das formalidades essenciais à formação do contraditório.

c) A manifestação de um dos genitores acerca de possível violência doméstica impede a realização de qualquer tentativa de mediação ou conciliação, impondo ao magistrado a imediata conversão do procedimento especial em comum, independentemente da apresentação de prova ou de indícios.

d) Nas ações de guarda, a investigação sobre eventual risco de violência doméstica ou familiar deve ocorrer exclusivamente após a tentativa frustrada de autocomposição, ocasião em que o Ministério Público será intimado para apresentar prova documental no prazo de quinze dias.

e) A intervenção do Ministério Público nas ações de família somente será obrigatória quando houver interesse de incapaz, sendo dispensada sua participação nas demandas que envolvam vítima de violência doméstica e familiar, salvo quando demonstrada a incapacidade civil da vítima

DIREITO PENAL

Ivo Martins

46. Durante uma discussão, Ricardo, com intenção de matar seu desafeto, efetua um disparo de arma de fogo em sua direção, atingindo-o superficialmente no braço. Embora disponha de munição e tenha condições de prosseguir na execução, Ricardo, por decisão própria, guarda a arma e abandona a agressão. A vítima recebe atendimento médico e sobrevive. Considerando a situação apresentada e as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) Ricardo responderá por tentativa de homicídio, pois a execução do crime foi iniciada e o resultado morte não ocorreu.

b) Ricardo responderá por lesão corporal, em razão da desistência voluntária, desde que sua conduta tenha efetivamente produzido lesão, não sendo punível pela tentativa de homicídio.

c) Ricardo será beneficiado pelo arrependimento eficaz, pois impediu voluntariamente a consumação do homicídio.

d) Ricardo ficará isento de responsabilidade penal, pois a desistência voluntária exclui a tipicidade de todos os atos anteriormente praticados.

e) Ricardo responderá por homicídio tentado com redução obrigatória de pena de um a dois terços, independentemente de ter abandonado voluntariamente a execução.

47. Marcelo, servidor público responsável pela guarda de equipamentos eletrônicos pertencentes a uma repartição estadual, combina com André, empresário particular, a subtração de cinco computadores sob sua custódia. André conhece a condição funcional de Marcelo e sabe que os equipamentos estão sob sua responsabilidade em razão do cargo. Ambos dividem os bens posteriormente. À luz do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) Marcelo responderá por peculato, enquanto André responderá necessariamente por furto qualificado, pois a condição de funcionário público jamais se comunica ao particular.

b) Ambos responderão por furto, pois o peculato exige que todos os participantes sejam funcionários públicos.

c) André responderá por receptação, pois não possui vínculo funcional com a Administração Pública.

d) Marcelo responderá por peculato culposo, enquanto André responderá por furto, uma vez que os equipamentos pertenciam ao Estado.

e) Marcelo e André poderão responder por peculato doloso, em concurso de pessoas, pois a condição funcional, sendo elementar do crime e conhecida pelo particular, comunica-se ao concorrente.

48. Durante a madrugada, Rafael conduzia seu veículo em uma avenida urbana, desenvolvendo velocidade muito superior à permitida para a via. Embora tivesse plena consciência de que sua conduta poderia provocar um acidente fatal, acreditava sinceramente que, em razão de sua experiência como motorista e de sua habilidade ao volante, conseguiria evitar qualquer resultado lesivo.

Ao se aproximar de um cruzamento, Rafael perdeu o controle do veículo, invadiu a calçada e atropelou um pedestre, causando-lhe a morte. A investigação demonstrou que Rafael não desejava o resultado morte, tampouco havia aceitado sua eventual ocorrência, embora tivesse previsto concretamente essa possibilidade.

Considerando a teoria do delito, as disposições do Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

a) Rafael agiu com dolo direto, pois a consciência do risco de produzir a morte é suficiente para caracterizar a vontade dirigida ao resultado.

b) Rafael agiu com dolo eventual, uma vez que a previsibilidade concreta do resultado morte é suficiente para caracterizar a assunção do risco, independentemente da aceitação de sua ocorrência.

c) Rafael agiu com culpa inconsciente, pois a ausência de intenção de matar afasta necessariamente qualquer representação prévia do resultado.

d) Rafael agiu com culpa consciente, pois previu a possibilidade do resultado morte, mas confiou sinceramente em sua capacidade de evitá-lo, sem assumir o risco de sua produção.

e) Rafael não poderá responder por crime culposo, pois a previsão do resultado morte transforma obrigatoriamente a conduta em dolosa, ainda que não exista aceitação do resultado.

49. Carlos manteve relacionamento afetivo com Mariana durante três anos, sem que tivessem residido juntos. Após o término, passou a ameaçá-la reiteradamente, afirmando que divulgaria informações íntimas para prejudicar sua reputação e sua vida profissional. As ameaças decorreram diretamente do inconformismo com o fim do relacionamento, causando à vítima grave sofrimento emocional. Considerando a legislação vigente e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) A Lei Maria da Penha poderá incidir sobre o caso, mesmo sem coabitação anterior, desde que caracterizado o contexto de violência doméstica e familiar decorrente da relação íntima de afeto.

b) A aplicação da Lei Maria da Penha exige que agressor e vítima tenham residido sob o mesmo teto durante o relacionamento.

c) A Lei Maria da Penha somente poderá ser aplicada se Mariana apresentar lesões corporais comprovadas por exame pericial.

d) A violência psicológica não constitui forma de violência doméstica, pois a Lei Maria da Penha protege exclusivamente a integridade física e sexual da mulher.

e) O término do relacionamento impede a incidência da Lei Maria da Penha, independentemente da relação entre as ameaças e o vínculo afetivo anterior.

50. Durante investigação policial, João foi preso em flagrante transportando substâncias entorpecentes destinadas à comercialização. Em seu interrogatório judicial, admitiu que os entorpecentes lhe pertenciam, mas afirmou que seriam destinados exclusivamente ao consumo pessoal. Após a instrução, o magistrado, com fundamento nas demais provas, condenou João pelo crime de tráfico de drogas. Considerando o art. 65, III, d, do Código Penal e a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) A atenuante da confissão espontânea somente poderá ser reconhecida se o acusado admitir expressamente a prática do tráfico de drogas.

b) A confissão espontânea não poderá ser considerada porque o magistrado fundamentou a condenação em outras provas, sem utilizar as declarações do acusado.

c) A admissão da propriedade da droga para consumo pessoal, acompanhada da negativa de traficância, permite o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, em proporção inferior à aplicável à confissão plena.

d) A confissão parcial determina obrigatoriamente a redução da pena em um terço, independentemente das circunstâncias judiciais.

e) A atenuante da confissão espontânea somente incide quando o acusado colabora com a identificação de outros integrantes da atividade criminosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

51. Heitor, primário, foi investigado pela prática de estelionato (art. 171, caput, do CP), crime sem violência ou grave ameaça. Após confessar formal e circunstancialmente a prática do crime, celebrou acordo de não persecução penal com o Ministério Público, que foi homologado pelo juiz em audiência. Entre as condições ajustadas, estavam a reparação do dano à vítima e a prestação de serviços à comunidade por oito meses. Passados quatro meses, Heitor deixou de comparecer à entidade conveniada e não retomou as atividades, mesmo depois de notificado pelo juízo da execução.

Considerando o art. 28-A do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) O Ministério Público deve oferecer denúncia imediatamente, sem necessidade de comunicação ao juízo, pois o descumprimento torna o acordo automaticamente sem efeito.

b) O juiz deve decretar, de ofício, a prisão preventiva de Heitor, pois o descumprimento do acordo equivale ao descumprimento de medida cautelar diversa da prisão.

c) O descumprimento só autoriza a execução forçada das condições perante o juízo que homologou o acordo, sendo vedado ao Ministério Público oferecer denúncia após a homologação.

d) O descumprimento é irrelevante para eventual proposta de suspensão condicional do processo, pois o acordo de não persecução penal e a suspensão condicional do processo são institutos independentes.

e) O Ministério Público deve comunicar o descumprimento ao juízo, para fins de rescisão do acordo e posterior oferecimento de denúncia, devendo a vítima ser intimada do descumprimento, e o fato poderá ser usado como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

52. Nathan e Olívia foram denunciados, em coautoria, pela prática de estelionato contra uma instituição financeira privada, em ação penal que tramita na 3ª Vara Criminal da comarca de Campina Grande. Olívia foi citada pessoalmente, constituiu advogado e apresentou resposta à acusação. Nathan foi citado por edital, não compareceu e não constituiu advogado. O juiz, com base no art. 366 do CPP, suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional em relação a Nathan e determinou o prosseguimento do feito, em separado, quanto a Olívia.

A respeito da decisão do juiz e das regras de competência por continência, assinale a alternativa correta.

a) A decisão é ilegal, pois a hipótese configura continência por cumulação objetiva, que impõe a unidade de processo e julgamento em qualquer caso, sendo vedada a separação.

b) A decisão é ilegal, pois, havendo continência, a suspensão do processo em relação a um dos acusados impede o prosseguimento do feito quanto ao outro, que deve aguardar o comparecimento de Nathan.

c) A decisão está correta, pois a hipótese configura continência por cumulação subjetiva, já que duas ou mais pessoas foram acusadas pela mesma infração, mas a unidade do processo não importa a do julgamento quando houver corréu que não possa ser julgado à revelia, como Nathan.

d) A decisão está correta, pois a hipótese configura conexão intersubjetiva por concurso, que autoriza a separação dos processos sempre que um dos acusados não for encontrado.

e) A decisão está parcialmente correta, pois Nathan deveria ter sido julgado à revelia, nos termos do art. 367 do CPP, já que a citação por edital produz os mesmos efeitos da citação pessoal.

53. Wellington foi preso em flagrante pela prática de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, §2º-A, I, do CP) contra um motorista de aplicativo. Na audiência de custódia, o Ministério Público requereu a conversão da prisão em flagrante em preventiva, apontando que Wellington responde a duas ações penais em curso por roubos anteriores, que praticou o novo crime enquanto respondia a esses processos e que o delito foi executado com arma de fogo e grave ameaça. A defesa sustentou que a gravidade do roubo, por si só, não autoriza a medida extrema e requereu a concessão de liberdade provisória.

Considerando as alterações promovidas no Código de Processo Penal pela Lei nº 15.272/2025, assinale a alternativa correta a respeito da decisão que o juiz deverá proferir.

a) O juiz poderá converter a prisão em preventiva, desde que motive concretamente a decisão, examinando obrigatoriamente as circunstâncias do art. 310, §§2º e 5º, e os critérios de periculosidade do art. 312, §3º, todos do CPP, sendo vedada a fundamentação na gravidade abstrata do delito.

b) O juiz poderá converter a prisão em preventiva com base apenas na gravidade do roubo, pois o crime foi praticado com violência ou grave ameaça, circunstância que por si só autoriza a decretação da prisão preventiva.

c) A existência de outras ações penais em curso não pode ser considerada na avaliação da periculosidade do agente, sob pena de violação da presunção de inocência

d) Por ter o crime sido praticado com violência ou grave ameaça e na pendência de ação penal, a conversão da prisão em flagrante em preventiva é obrigatória

e) Por se tratar de audiência de custódia, o juiz fica dispensado de examinar a suficiência de medidas cautelares diversas da prisão

54. Rubens foi pronunciado pela suposta prática de homicídio qualificado e levado a julgamento pelo Tribunal do Júri. O juiz presidente determinou que ele permanecesse algemado em plenário, por entender que a medida era absolutamente necessária à segurança dos presentes. Durante os debates, o Promotor de Justiça disse aos jurados que o réu estava algemado porque o próprio juiz o considerava perigoso, o que deveria orientar o voto pela condenação. Na réplica, o Promotor acrescentou que o fato de Rubens ter permanecido em silêncio durante o interrogatório demonstrava que ele não tinha o que dizer em sua defesa, o que seria indício de culpa. Ao final, Rubens foi condenado pelo Conselho de Sentença.

Com base nos fatos narrados, assinale a alternativa correta.

a) Apenas a fala sobre as algemas é nula, pois o silêncio do acusado integra o conjunto probatório e pode ser livremente utilizado pelo Promotor durante os debates.

b) Apenas a fala sobre o silêncio é nula, pois a menção às algemas é lícita quando a medida foi fundamentada pelo juiz presidente.

c) Nenhuma das falas é nula, pois, no plenário do júri, os jurados decidem por íntima convicção

d) Ambas as falas são vedadas, pois o CPP proíbe a referência à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade, bem como proíbe a referência ao silêncio do acusado em seu prejuízo, sob pena de nulidade.

e) A fala sobre as algemas só seria nula se a medida tivesse sido determinada de ofício pelo juiz, e não a requerimento do Ministério Público, hipótese em que a referência seria permitida.

55. Em ação penal por estelionato, o Ministério Público juntou aos autos um contrato de prestação de serviços supostamente assinado por Gustavo. A defesa de Gustavo arguiu, por escrito, a falsidade do documento. O juiz mandou autuar a impugnação em apartado, ouviu o Ministério Público, concedeu às partes o prazo sucessivo para a produção de provas e, ao final, decidiu o incidente, julgando-o improcedente. A defesa pretende impugnar essa decisão antes da prolação da sentença.

Nessa situação, o recurso cabível e o respectivo prazo são

a) apelação, no prazo de cinco dias, por se tratar de decisão com força de definitiva proferida por juiz singular.

b) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.

c) recurso em sentido estrito, no prazo de vinte dias, contado da publicação da decisão.

d) agravo em execução, no prazo de cinco dias, por se tratar de incidente processual.

e) nenhum recurso, por se tratar de decisão irrecorrível, cabendo à defesa apenas reiterar a questão em preliminar de eventual apelação.

DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA

Géssica Ehle

56. O juiz de direito de uma vara cível da comarca de João Pessoa depara-se com uma ação de cobrança fundada em dispositivo de lei ordinária federal que conflita abertamente com preceito constante da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678/1992). Sabendo que o Pacto de San José foi promulgado pelo Estado brasileiro antes da Emenda Constitucional nº 45/2004, o magistrado analisa a hierarquia normativa do tratado e os parâmetros para o exercício do controle de convencionalidade.

À luz da ordem constitucional brasileira e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o magistrado deve constatar que:

a) O controle difuso de convencionalidade compete com exclusividade aos órgãos colegiados de segunda instância, sendo vedado ao juiz singular exercê-lo de ofício.

b) A Convenção Americana ostenta estatura supralegal, impondo a ineficácia e a paralisia da eficácia das normas legais ordinárias que lhe forem contrárias.

c) Os tratados de direitos humanos ratificados antes da EC nº 45/2004 possuem força meramente ordinária, sendo revogados por lei federal superveniente pelo critério cronológico.

d) A equivalência às emendas constitucionais alcança todos os tratados internacionais de direitos humanos internalizados pelo rito legislativo ordinário.

e) O controle de convencionalidade só pode ser suscitado caso o Supremo Tribunal Federal tenha declarado previamente a inconvencionalidade da lei em sede de ação direta.

57. Durante uma audiência de instrução na comarca de Campina Grande, um réu profere ofensas verbais de cunho depreciativo à honra subjetiva de uma testemunha, referindo-se de modo pejorativo à sua cor de pele e raça. O Ministério Público adita a inicial acusatória para imputar o crime correspondente à tipificação penal resultante das alterações promovidas pela Lei nº 14.532/2023.

Considerando o regramento do crime de injúria racial e o direito antidiscriminatório brasileiro, assinale a afirmativa correta:

a) A injúria racial remanesce no Código Penal como crime contra a honra de menor potencial ofensivo.

b) A conduta foi tipificada na Lei nº 7.716/1989, tornando-se crime de ação penal pública incondicionada, imprescritível e inafiançável.

c) A Lei nº 14.532/2023 manteve a viabilidade de aplicação do benefício da fiança policial para o delito de injúria racial quando praticado em ambiente de trabalho.

d) A ação penal para a apuração da injúria racial extingue-se pela decadência caso a vítima não ofereça queixa-crime no prazo de seis meses.

e) A equiparação da injúria racial ao crime de racismo depende da comprovação de que o agente causou impedimento de acesso a estabelecimento público.

58. Joana procurou o plantão judiciário informando ter sofrido reiteradas agressões psicológicas e ameaças por parte de sua ex-namorada, com quem manteve relacionamento amoroso por três anos sem jamais terem coabitado. Ao analisar o pedido de imposição de medidas protetivas de urgência, a defesa da agressora alegou que o diploma especial não seria aplicável à relação homoafetiva e que a ausência de coabitação descaracterizaria o âmbito doméstico.

Diante do caso concreto e dos dispositivos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o juízo competente deve:

a) Indeferir as medidas protetivas, haja vista que a incidência da referida lei pressupõe coabitação pretérita ou atual entre as partes.

b) Conceder as medidas protetivas, pois a lei independe de orientação sexual e tutela a mulher em qualquer relação íntima de afeto, mesmo sem coabitação.

c) Remeter o feito ao Juizado Especial Criminal comum, pois a violência praticada entre mulheres é insuscetível do rito protetivo especial.

d) Condicionar a análise do pedido à juntada imediata de laudo pericial que comprove dano emocional permanente e irreversível à vítima.

e) Extinguir o feito sem julgamento de mérito em razão de a competência civil ser restrita às hipóteses de casamento ou união estável formalizada.

59. Carlos, adulto com diagnóstico de deficiência intelectual moderada, manifestou perante seus familiares o desejo de contrair casamento civil com sua noiva e exercer seu direito ao voto nas eleições municipais. Preocupados com eventuais repercussões patrimoniais, parentes de Carlos ingressaram com ação judicial postulando sua interdição civil plena com a finalidade de impedi-lo de casar, votar e decidir sobre seu próprio corpo.

Considerando as normas que regem a capacidade civil e o instituto da curatela nos Artigos 6º e 85 da Lei nº 13.146/2015, o magistrado responsável pela causa deve:

a) Decretar a interdição total de Carlos, retirando-lhe a capacidade para todos os atos existenciais e patrimoniais da vida civil.

b) Reconhecer que a deficiência afeta a plena capacidade civil, tornando Carlos relativamente incapaz para contrair matrimônio e votar.

c) Assegurar que a pessoa com deficiência tem capacidade civil plena, não sendo a deficiência causa de impedimento para casar ou votar.

d) Fixar que a curatela de Carlos abrangerá obrigatoriamente os direitos ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio e ao trabalho.

e) Determinar a esterilização compulsória de Carlos como condição necessária para autorizar o procedimento de habilitação de casamento.

60. Uma senhora com 83 anos de idade ajuizou ação ordinária com pedido de tutela antecipada perante a Vara da Fazenda Pública da Paraíba visando ao fornecimento de medicamento imprescindível à manutenção de sua saúde. Ao despachar a petição inicial, o magistrado verificou a existência de outros processos em trâmite na mesma vara envolvendo partes com idade entre 62 e 72 anos também com pedidos de prioridade na tramitação processual.

Nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), quanto à prioridade de atendimento e tramitação, o juiz deve determinar:

a) O processamento conjunto e sem preferência entre os autores idosos, visto que a lei veda qualquer distinção etária interna entre pessoas com mais de 60 anos.

b) A preferência absoluta da tramitação da demanda da autora de 83 anos sobre os demais idosos, em razão de sua prioridade especial.

c) A extinção do pedido de prioridade, pois a celeridade processual conferida pelo Estatuto restringe-se a ações penais e de alimentos.

d) A preferência aos autores entre 60 e 70 anos de idade, por estarem em fase de transição recente para a velhice institucionalizada.

e) Que o benefício da prioridade na tramitação dos atos judiciais cessa imediatamente na hipótese de falecimento da parte idosa, mesmo se habilitado o cônjuge sobrevivente idoso.

ESTUDO DE CASO

A sociedade empresária Têxtil Sertaneja Ltda., com sede em João Pessoa/PB, mantém unidade fabril no Município de Sousa/PB, onde passou a lançar efluentes sem tratamento no rio que abastece a população local. Diante disso, a associação civil Águas do Sertão, constituída há oito meses e cujo estatuto prevê a proteção do meio ambiente entre suas finalidades institucionais, ajuizou ação civil pública na Comarca de João Pessoa, foro da sede da empresa, com pedidos de cessação imediata do lançamento, recuperação do rio e indenização pelos danos ambientais.

Em contestação, a ré alegou a ilegitimidade ativa da autora, por não contar com um ano de constituição. Paralelamente, o Ministério Público instaurou inquérito civil e obteve laudo pericial que confirma a contaminação do curso d'água.

Com base na situação hipotética acima e na Lei nº 7.347/1985, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

a) A associação Águas do Sertão possui legitimidade ativa para a ação civil pública? Analise os requisitos legais e a possibilidade de superação do óbice apontado pela ré.

b) O juízo da Comarca de João Pessoa é competente para processar e julgar a demanda? Justifique e indique a natureza da regra de competência aplicável.

c) Suponha que o pedido seja julgado improcedente por insuficiência de provas e que, após o trânsito em julgado, o Ministério Público pretenda ajuizar nova ação instruída com o laudo pericial. Essa iniciativa é possível? Explique os efeitos da coisa julgada na ação civil pública e indique o destino de eventual condenação em dinheiro.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0